

VOTO

Inicialmente, registro que atuo nos presentes autos por força do art. 152 do Regimento Interno do Tribunal.

2. A presente Representação, com pedido de adoção de medida cautelar, pode ser conhecida, considerando que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do RI/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014.

3. Como visto no Relatório precedente, o cerne da questão em análise reside no fato de o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região decidir pela aquisição de imóvel para sua nova sede, acarretando o não prosseguimento da obra para essa finalidade, no Centro Administrativo da Bahia, com exceção do Módulo IV, que já havia sido iniciado.

4. Sobre o pedido para adoção de medida cautelar, registro que o então relator deste processo, Ministro José Múcio, por meio do Despacho de peça 6, de 21/12/2018, pronunciou-se sobre o tema da seguinte forma:

*“8. Assim, nos termos dos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal e do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e na forma proposta pela unidade técnica, conheço da representação, **indeferio o requerimento de medida cautelar formulado pelos representantes, tendo em vista não estar caracterizada nos autos a existência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida (...)**” (grifei)*

5. Ou seja, o Ministro José Múcio Monteiro considerou que os pressupostos necessários para adoção da medida cautelar não estariam caracterizados, mesmo verificando que após a conclusão da fase de instrução na Secex-BA os representantes haviam juntado aos autos notícia de estar em curso o Chamamento Público 1/2018 para aquisição de imóvel para abrigar o TRT5 (peça 5).

6. Assim, nos termos dos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal e do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e na forma proposta pela unidade técnica, o Ministro conheceu da representação, indeferiu o requerimento de medida cautelar e determinou a realização da diligência ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia.

7. Importante lembrar que o TCU pode proferir determinações nos casos de ocorrência de ilegalidade, falhas ou impropriedades, inclusive as de ordem operacional (art. 70 da Constituição Federal c/c art. 1º, inciso II, art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e art. 250 do Regimento Interno do TCU). Entretanto, fica no âmbito de discricionariedade do administrador público a escolha da melhor solução a ser adotada na administração da unidade jurisdicionada. Assim, a decisão do TRT5, seja pela aquisição de imóvel, seja por dar prosseguimento ao projeto de construção da sede própria, insere-se no âmbito de discricionariedade do gestor, a quem compete avaliar a conveniência e oportunidade de adotar determinado modelo.

8. Não obstante, a escolha exige justificativa específica, elaborada com base em estudos técnicos, os quais demonstrem aspectos de adequação, de eficiência e de economicidade de utilização do modelo.

9. A documentação acostada aos autos e analisada pela Secretaria do TCU no Estado da Bahia dão conta de que a aquisição de imóvel para a sede do TRT5, com dispêndio de R\$ 250 milhões, mostra-se mais vantajosa do que a construção do restante do complexo no Centro Administrativo da Bahia, que custaria, no mínimo, R\$ 468 milhões, conforme parecer elaborado pelo Núcleo de Engenharia e Arquitetura do TRT5 (peça 13, p 182-183, peça 14, p. 113-130).

10. Ressalto que a mudança na diretriz foi precedida pela devida avaliação técnica, conforme pode se observar do parecer produzido pela Diretoria Geral do TRT5 e encaminhado à Presidente daquele Tribunal (peça 13, p. 43-61) em que fica evidente que solução de prosseguir com a obra de construção da nova sede não é a opção mais vantajosa.
11. Vale registrar que a alteração da referida diretriz foi aprovada na 1ª Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, realizada em 12 de março de 2018, quando o Tribunal decidiu por maioria (14 votos a favor e 10 votos contra) em não prosseguir com a obra de construção da nova sede do TRT5 no Centro Administrativo da Bahia.
12. Por fim, não se verifica a possibilidade de ocorrência de dano ao Erário em decorrência da mudança de diretriz, em razão do valor já empregado na construção em tela. Conforme registrado pelo MP/TCU, representado pelo Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico (peça 25) “***a nova diretriz, além de mais econômica que a continuação das obras, redução de 468 para 250 milhões de reais, teve o cuidado de disponibilizar o Módulo IV para outro órgão público, provavelmente a Defensoria Pública do Estado da Bahia (item 22 da instrução - peça 20).***” (grifêi)
13. Sendo assim, acolho a proposta constante dos pareceres uniformes elaborados no âmbito da Secretaria do TCU no Estado da Bahia, a qual contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, para, quanto ao mérito, considerar a presente Representação improcedente.
14. Ante o exposto, Voto por que o Tribunal adote a minuta de acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 10 de abril de 2019.

RAIMUNDO CARREIRO
Relator